



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA LOCAL
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL: SOCIEDADE,
EDUCAÇÃO E CULTURA

OLINDINA TICIANE SOUSA DE ARAÚJO

UMA CIDADE EM CONSTRUÇÃO:
NOVA PALMEIRA ENTRE O TRADICIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES
URBANAS (1959-1970)

Campina Grande-PB

2020

OLINDINA TICIANE SOUSA DE ARAÚJO

**UMA CIDADE EM CONSTRUÇÃO:
NOVA PALMEIRA ENTRE O TRADICIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES
URBANAS (1959-1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa em História, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialização em Estudos de História Local.

Área de Concentração: Espaços, culturas e sociabilidades.

Orientador: Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes.

Campina Grande-PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663u Araújo, Olindina Ticiane Sousa de.
Uma cidade em construção [manuscrito] : Nova Palmeira entre o tradicional e as transformações urbanas (1959-1970) / Olindina Ticiane Sousa de Araújo. - 2020.
44 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes, Departamento de História - CH."
1. Urbanismo. 2. Transformação urbana. 3. Modernidade urbana. 4. Nova Palmeira - Paraíba. I. Título
21. ed. CDD 711

OLINDINA TICIANE SOUSA DE ARAÚJO

**UMA CIDADE EM CONSTRUÇÃO:
NOVA PALMEIRA ENTRE O TRADICIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES
URBANAS (1959-1970)**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa em História, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialização em Estudos de História Local.

Área de Concentração: Espaços, culturas e sociabilidades.

Aprovada em: 17/07/2020

Nota auferida: 10,0

BANCA EXAMINADORA



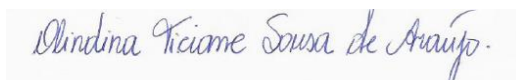
Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba/ DH/ Nupehl


ASSINATURA DO EXAMINADOR(A)

Prof.ª Me. Tatiane Vieira da Silva (Avaliadora externa)
PPGH/ Universidade Federal do Pernambuco



Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana (Avaliador interno)
Universidade Estadual da Paraíba/ DH/ Nupehl



Olindina Ticiane Sousa de Araújo (Orientanda)

À minha família, como demonstração do meu amor incondicional e pelos motivos das minhas ausências aos fins de semana, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Não haveria motivos pelos quais eu não devesse agradecer. Os desafios foram muitos, mesmo que alguns tenham se comportado, por vezes, como insignificantes diante de outros. As conciliações, ausências e renúncias, que chamo aqui de desafios, foram a prova de que nada foi fácil, mas que “longe se vai, quem acredita”.

Por este caminho da pós-graduação estive com pessoas, em lugares e diante de conhecimentos/saberes nunca antes experimentados/sentidos. Por isso, neste espaço de liberdade para os gestos de reconhecimento e gratidão, estendo as minhas homenagens e respeito:

Ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local, o NUPEHL, pelo brilhante trabalho que vem sendo desenvolvido por estudantes e professores (as), especialmente, do curso de História.

À coordenação da Especialização em Estudos de História Local: sociedade, educação e cultural, principalmente, na pessoa da Prof.^a Dr.^a Luíra Freire Monteiro.

À 1ª turma de especialização, pelo reencontro com amigos(as) e pela oportunidade das novas amizades. Ana Márcia, foi bom tê-la como parceria nos trabalhos, artigos e seminários, novamente.

Ao Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana e à Prof.^a Me. Tatiana Viera da Silva, por compor a banca de avaliação. Caros examinadores, obrigada por terem aceitado o convite e dedicado tempo à leitura e colaboração deste estudo.

Ao Prof. Dr. Jordan Gomes de Queiroz, o orientador que me ajudou a amadurecer enquanto pesquisadora. Obrigada, professor, por ter aceitado o meu convite e sido parceiro nesta pesquisa.

A Eliton Macedo, por ter me apresentado a reportagem presente no jornal o Norte, que uso neste texto, e compartilhado histórias sobre o Seridó paraibano, e a João de Deus Oliveira, pela gentileza de me emprestar livros e fotografias.

Agradeço, em tamanha proporção, a Terezinha de Jesus (Tereza Bezerra) e Maria da Paz (Marizinha), mulheres especiais, que foram fundamentais para dar corpo e voz a este trabalho. Saibam que possuem a minha gratidão e admiração pelas memórias tão vivas e detalhadas.

Aos meus amigos de longas datas, Isabelly Mendonça e Raonei Borges, por sempre acreditarem nas minhas ideias e, juntos, ajudarem a encontrar a saída.

À minha família, em especial, à minha querida mãe, Josefa, e ao meu amável pai, Francimário, por terem me dado o direito, que por diversos motivos, foi negado a eles no passado: o direito de estudar, de concluir o ensino básico, de possuir uma formação acadêmica. Além da vida, deram-me a chance de caminhar com as próprias penas. É confortante, é um estado de paz, saber que, todas as vezes que eu voltar para casa, eles estarão lá.

Ao meu companheiro e companhia desses últimos anos, Francisco Mateus, por compreender as minhas ausências e silêncios durante a escrita deste texto.

Enfim, muito obrigada!

“Caso, algum dia, você precise ir para longe, ficará feliz se tiver presente na memória, se puder voltar a percorrê-la com o pensamento- a sua cidade- a sua pequena pátria- aquela que foi durante tantos anos o seu mundo”.

(Edmondo de Amicis).

**UMA CIDADE EM CONSTRUÇÃO:
NOVA PALMEIRA ENTRE O TRADICIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES
URBANAS (1959-1970)**

Olindina Ticiane Sousa de Araújo¹

RESUMO

É sobre a implantação de novidades modernas em Nova Palmeira que este texto trata ao exibir uma transição de povoamento à cidade em ritmos e acontecimentos de forma lenta, marcada pela presença de processos tardios, quando estabelecemos comparações com outros centros urbanos e a sua convivência com os signos do moderno. Objetiva-se analisar Nova Palmeira, cidade localizada no interior da Paraíba, pelo viés das transformações urbanas a partir do olhar de sua administração pública e pelas impressões deixadas em seus habitantes, situada em um tempo específico, anos de 1959 a 1970, justificando-se este deslocamento no tempo por si tratar de um período em que a cidade recepcionou uma série de transformações experimentadas em seu perímetro urbano, coexistindo com as interferências de uma paisagem tradicional, ruralizada, acomodada em seus desejos de cidade. Nesse recorte temporal, buscamos perceber as diferenças e permanências em torno da sua formação urbana e as transformações ocasionadas pela implantação e/ou ampliação de energia elétrica, da arborização na principal via pública, dos planos e projetos para solucionar os problemas de abastecimento de água e a ineficiência da saúde pública, os meios de comunicação, dentre outras questões a serem tratadas. No que concerne ao uso de fontes e metodologia, caminhamos pelo método indiciário e interpretamos um leque de fontes em seus sinais sobre esta cidade e suas transformações. Foram elas: o livro de atas de projetos e anteprojetos de lei, registros de óbito com demarcação de tempo entre 1960 a 1970, decretos-lei e mensagens disponibilizadas no arquivo da Câmara Municipal, quatro fotografias acessadas por meios digitalizados e outra fornecida de maneira impressa e original, além da fonte oral pela técnica das entrevistas. Em termos conceituais e teóricos, seguimos as contribuições de Ginzburg (1989), Chartier (2015), Nora (1993), Pesavento (2007), Aranha (2003) e outros.

Palavras-chave: Cidade. Moderno. Nova Palmeira.

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: ticiane2606@hotmail.com

**UNA CIUDAD EN CONSTRUCCIÓN:
NOVA PALMEIRA ENTRE EL TRADICIONAL Y LAS TRANSFORMACIONES
URBANAS (1959-1970)**

Olindina Ticiane Sousa de Araújo²

RESUMEN

Ese texto trata sobre la implementación de innovaciones modernas en Nova Palmeira cuando se muestra una transición de pueblo a la ciudad en paso lento, marcada por la presencia de procesos tardíos, cuando hacemos comparaciones con otros centros urbanos y su convivencia con los signos del moderno. Se tiene como objetivo analizar Nova Palmeira, ciudad ubicada dentro de Paraíba, a través del sesgo de las transformaciones desde la perspectiva de su administración pública hasta las impresiones dejadas en su población, durante el periodo de 1959 hasta 1970, se justifica esta elección temporal por tratar de un periodo en que la ciudad recibió una serie de transformaciones experimentadas en sus perímetros urbanos coexistiendo con la interferencia de un paisaje tradicional, rural, alojado en tus deseos de ciudad. En ese corte temporal, buscamos percibir las diferencias y las permanencias alrededor de su formación urbana y las transformaciones causadas por la implantación y/o ampliación de la energía eléctrica, la arborización en la ruta principal de la ciudad, de los planes y los proyectos para resolver los problemas de suministro de agua y la ineficiencia de la salud pública, los medios de comunicación, entre otras cuestiones a tratar. Con respecto al uso de las fuentes y la metodología, elegimos el método indiciario e interpretamos varias fuentes en sus señales sobre la ciudad y sus transformaciones. Fueron ellas: el libro de acta de proyectos y de los proyectos preliminares de leyes, registros de defunción con demarcación de tiempo entre los años de 1960 y 1970, decretos-leyes y mensajes hecho disponibles en los archivos de la Cámara Municipal, cuatro fotografías accedidas por medio de digitalización y otra accedida por medio de fotografía impresa y original, más allá de la fuente oral por la técnica de la entrevista. En términos conceptuales y teóricos seguimos las contribuciones de Ginzburg (1989), Chartier (2015) Nora (1993), Pesavento (2007), Aranha (2003) y otros.

Palabras Clave: Ciudad. Moderno. Nova Palmeira.

² Graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: ticiane2606@hotmail.com

SUMÁRIO

1. UM GUIA PARA A LEITURA DE UMA HISTÓRIA LOCAL - INTRODUÇÃO	10
2. DE POVOADO A MUNICÍPIO: LIMITES DE UM TERRITÓRIO E O COTIDIANO DE UM LUGAR.....	17
2.1 O surgimento de novidades: as experiências de vila e distrito.....	20
3. UMA MEMÓRIA ENQUADRADA: A MUNICIPALIDADE E A RECEPÇÃO DO POVO	25
4. UMA CIDADE EM CONSTRUÇÃO: O ATO DE URBANIZAR PELAS CONQUISTAS MATERIAIS.....	29
5. “FOI ABERTA A SESSÃO”: SUJEITOS, PROPOSTAS E AÇÕES PARA UMA CIDADE	31
5.1 “O Socorro médico”: a assistência entre os tipos de comunicação (s)em fio	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
7. REFERÊNCIAS.....	41

1. UM GUIA PARA A LEITURA DE UMA HISTÓRIA LOCAL - INTRODUÇÃO

Em 1961, foi a última vez que eu fui lá [Nova Palmeira] e fui agora, em dezembro de 1980. E passados tantos anos, encontrei um município aparentemente evoluído, rico e o povo miserável. Era uma Nova Palmeira invadida pela sociedade de consumo, mas, como disse inicialmente, *desenvolvida e miserável*. Com hospital sem médico, prefeitura sem prefeito, escola sem professores, o povo doente por falta de assistência. Então, eu desejei muito não ter visto Nova Palmeira vinte anos depois.³

Zila Mamede da Costa (in memoriam) nasceu no ano de 1928, no povoado de Nova Palmeira e em sua produção literária, principalmente publicada no livro *Arado*, de 1959, externalizou sua *geografia sentimental* a respeito das experiências e (con)vivências no povoamento de Nova Palmeira⁴. Porém, adiantamos que não serão as escritas poéticas de sua autoria o norte dessa problematização e a matriz para o fazer da escrita da história de um local. Pois, as dimensões teóricas e as fontes utilizadas para a escrita dessa história se costumam ao objeto de estudo cidades, no caso específico ao pensar as transformações urbanas experimentadas em Nova Palmeira, entre os anos de 1959 e 1970.

Assim, qual a relação entre o fragmento inicial da entrevista realizada com Zila Mamede, no ano de 1982, com ênfase à afirmativa “desenvolvida e miserável”, e o interesse desse estudo, que é a cidade e o moderno, na abertura dessa introdutória explanação teórica e metodológica?

Atentamos para o fato de explicar que as memórias de Zila Mamede percorrem o exercício de retomada ao tempo e anunciam a cidade *desenvolvida e miserável* pela construção de imagens e produções de discursos cabíveis à representação do espaço identificado de forma social e materializado, posto que, também, esta “(...) cidade [Nova Palmeira] é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos (...)” (PESAVENTO, 2007, p.14, grifo da autora). Assim, se revela uma cidade sensível marcada pelos contrastes entre tradição e modernização, desenvolvimento e atraso que se abre na narrativa/memória da antiga moradora e nos convida a alcançar esse passado através do que nos chega ao presente.

Apresentaremos ao leitor fragmentos da história de uma cidade pequena e particular, revisitada em seu cotidiano bucólico, que atravessou temporalidades próprias para a sua

³ Entrevista com Zila Mamede concedida ao programa Memória Vida, da TVU-RN, em 1982, intermediada por Alvarar Furtado, Celso da Silveira e o diretor da TV universitária, Carlos Lyra.

⁴ Poetisa e formada em biblioteconomia, exerceu cargos importantes no Instituto Nacional do Livro e foi diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publicou os seguintes livros: Rosa de Pedra (1958), O Arado (1959), Exercícios da Palavra (1975), A Herança (1984), dentre outras produções.

transformação de vila a município, despontando-se na escrita deste texto processos originais e específicos à história local desse lugar no contexto em análise. Logo, sem obedecer a uma linearidade narrativa dos acontecimentos e respeitando as lacunas empregadas pela ausência de fontes para responder indagações primeiras, mas sem ter danificado o percurso inicial de construção deste objeto de estudo, caminhamos pelas permanências e transformações, de povoamento a distrito (1959-1963) e depois à condição de cidade nas primeiras gestões municipais (1964-1970), observando-a pela dimensão do moderno, onde, em muitas ocasiões, a novidade se fazia presente apenas pela necessidade emergencial de uso coletivo e não pela existência de um projeto urbanístico técnico para tais finalidades no contexto em prospecção.

A justificativa, primeira, para esta escolha temática se fez pela afirmação declarada pela entrevistada Zila: *eu desejei muito não ter visto Nova Palmeira vinte anos depois*, que nos despertou o interesse de romper a temporalidade e adentrar ao passado de uma cidade em construção, atravessando intencionalmente suas artérias urbanas memoradas pelos seus habitantes, de história(s) acomodada em gavetas, álbuns fotográficos, documentos, arquivos íntimos e públicos como uma forma de compreender as razões pelas quais essa cidade se fez dúbia entre os sonhos de transformação e os projetos não realizados.

Além disso, conforme Alain Bourdin (2001), a identidade e a pertença são critérios de reforço da *questão local*. Esta circunstância de ligação entre o objeto de estudo e a pesquisador(a), referente à própria identidade de pertença, se tornou qualificável na escolha temática e de recorte na *escala de observação*, para a perspectiva da História Local, como nos lembra Jacques Revel (1998). Situa-se mais uma justificativa para a ocorrência deste ato historiográfico, quando pensamos a cidade de Nova Palmeira não como uma história isolada, mas buscando compreendê-la em suas relações no tempo e em comunicação com outros lugares/sujeitos sociais, cuja finalidade também se depreende a partir da percepção de historicidade local, atribuindo-a lugar e importância diante de contextos históricos⁵, mesmo que isso pareça irrelevante ou caminhe pela ação do desconhecimento de algumas pessoas.

Afinal, a História Local é um campo de produção da consciência histórica, como nos aponta Gonçalves (2007). Nela, os próprios sujeitos se percebem como parte nas experiências de vida relatadas pelos sujeitos humanos em seus espaços sociais, marcados pelo elo de pertença e identidade, mesmo que estes, ao serem observados mediante um espaço local, assumam aspectos diversificados. A História Local não estaria à parte da História que já conhecemos. Pelo contrário, ambas são complementariedade e aquela possui os mesmos

⁵ Por exemplo: As experiências religiosas com as missões de Frei Damião e a participação de moradores, os Pracinhas, na Segunda Guerra Mundial.

critérios científicos presentes no saber/fazer da historiografia atual. Portanto, esta escrita da história é História Local pelo fato de caminhar através da sensibilização que configura a consciência história, por intermédio da historiografia, ao indicar o local, as experiências e seus sujeitos como parte de um lugar onde se vive, propiciando outros efeitos de conhecimento pelo olhar daquilo que parecia insignificante: a cidade, seus habitantes e suas transformações.

Contudo, apoiamo-nos, também, na convicção de que as cidades, enquanto objeto de estudo, é um espaço histórico e configurado pela ação dos sujeitos, ou seja, despontam intensões, práticas, representações, objetos, paisagens, construções materializadas e simbólicas, atividades, ritmos e sujeitos que em muito interessa aos historiadores e ao fazer historiar desde muito antes do século XIX. Muitos desses resultados nos foram revelados pelas permanentes pesquisas desenvolvidas por historiadores(as), arquitetos(as), sociólogos(as), antropólogo(as), e outros, lidas, citadas e compartilhadas ao longo da graduação de História e do programa de pós-graduação sediado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local, da Universidade Estadual da Paraíba, se fazendo presentes algumas experiências e resultados dessas pesquisas ao longo deste texto, até porque permitiram examinar o espaço urbano, os objetos modernos, a tradição, os sujeitos e o cotidiano pelo prisma da historicidade desse lugar de pertença e identidade mencionado anteriormente.

Sobre a história das cidades e a sua relação com a modernidade, Antônio Rezende (1997) objetivou compreender as modificações na feição urbana da cidade de Recife-PE, por volta dos anos de 1920, localizando os conflitos presentes no próprio projeto de modernização da capital e os contrastes entre a tradição e o moderno, o que seria antigo e novo para aquele contexto, tendo os seus sujeitos sociais externalizado tais desejos e tensões nas formas de ideias, percepções e discursos veiculados em materiais impressos da época. Em exercício de perceber a adesão aos signos do moderno em certas partes do Ocidente, precisamente nas cidades de médio e pequeno porte, no Norte brasileiro, Gervácio Aranha (2003) nos impulsionou a analisar as cidades pequenas, de ritmos lentos e sem as características de uma metrópole, por outro viés: pensar como os equipamentos e aparelhos modernos (os signos da modernidade) chegaram e foram recepcionados nos espaços públicos e privados, já que a experiência da modernidade nas cidades do Norte não poderia ser enquadrada sob os mesmos padrões de uma vida metropolitana.

Pelo trilhar das memórias de lembranças dos antigos moradores de Pombal-PB, Flávio Santana (2007) apresentou as transformações materiais e simbólicas vividas na cidade

de Pombal, entre os anos de 1930 a 1950, fazendo-nos estender as possibilidades metodológicas pelo uso de fontes orais e discursos oficiais registrados em atas e em outros documentos da Câmara Municipal para agregar corpo e fundamentação às ideias atuantes na construção narrativa deste texto. Já Cabral Filho (2009), em seu estudo sobre a cidade de Campina Grande-PB, no recorte concernente ao início do século XX, de companhia das imagens fotográficas, exibiu um cidade que sofreu transformações na paisagem urbana. As fotografias, usadas neste estudo sobre a cidade de Nova Palmeira, também permitiu identificar o jogo entre o tradicional e o moderno, além do estabelecimento de aspectos comparativos entre as imagens para se perceber as mudanças sofridas no urbano.

Dito isso, objetivamos refletir, por meio das fotografias e fonte oral, como as pessoas que experimentaram o tempo e o espaço do povoamento e da cidade de Nova Palmeira pensaram, recepcionaram ou estranharam as transformações no urbano e como tais mudanças, entendidas enquanto novidades, conviveram com o tradicional; Em seguida, apontar, através da utilização de fontes importantes⁶, a implantação ou ampliação de novidades modernas com a finalidade de promover o melhoramento coletivo ou destinado para a assistência de poucos, ao ponto de reproduzir, anos à frente, a impressão de um município *desenvolvido e rico, mas de um povo miserável* mensurado nos contrastes sociais e na fisionomia daquela cidade, como apontou inicialmente Zila Mamede; E, por fim, apresentar outras novidades modernas adotadas na cidade pelo poder executivo e legislativo através dos planos e projetos de lei discutidos em sessões ordinárias e extraordinárias, no recorte de tempo empregado.

Nesta feita, este estudo dialoga com a chamada *História Cultural do Urbano* por tentar entender as transformações do lugar e a sua recepção pelos antigos moradores, em um plano possível para se explorar as representações passadas do imaginário e das impressões materiais do povoado à cidade de Nova Palmeira que se queria e a cidade que se tinha, pois, segundo Pesavento (1995, p. 280), os “(...) “produtores do espaço” concebem uma maneira de construir e/ou transformar a cidade, através de práticas definidas, mas também constroem uma maneira de pensá-la, vivê-la ou sonhá-la”. Então, esta investigação se aplica ao compromisso de retomar memórias, imagens materiais e simbólicas, práticas sociais e representações filtradas pelo imaginário urbano.

Portanto, a História Cultural se faz presente enquanto horizonte teórico geral com a finalidade de permitir reconhecer como as maneiras de fazer no cotidiano podem ser variantes e modificáveis em diferentes lugares e circunstâncias de uma realidade social. É no estudo dos

⁶ Atas de projetos e anteprojetos de lei, registros de óbito e fonte oral.

processos que a História Cultural possibilita acessar a construção dos sentidos e a apreciação do real pelo conjunto das representações. Assim, para Chartier (2015, p. 51-52), “As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem a energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é”.

Acerca das fontes e metodologia, a pesquisa, este exercício de encontros entre a expectativa e a realidade, se fez em meio aos vasculhamentos no arquivo da Câmara Municipal de Nova Palmeira. Desse arquivo improvisado e inadequado, coletamos um ofício, duas mensagens, dois projetos de lei, quatro leis em regimento e as primeiras documentações administrativas de composição para a câmara de vereadores. Notificamos todas as atas registradas entre os anos de 1964 ao ano de 1970 e selecionamos as que seriam fontes imprescindíveis para o estudo. Os fragmentos das reuniões do legislativo, redigidos de forma manuscrita e transcrita para este trabalho, unem-se ao texto em um número de dez recortes de acontecimentos narrados em ata. Estas fontes revelam uma cidade em planos pelos seus “sujeitos construtores/produtores do espaço”, mas internamente marcada por tensões, desinformações e relações de poder de uma ordem criada de “cima para baixo”.

De tamanha relevância, utilizamos os livros obituários do cartório de registros e notas da cidade de Pedra Lavrada (1960-1962) e Nova Palmeira (1962-1970). Também foram visitados os livros de óbito do cartório da cidade de Picuí, mas nestes não foi possível encontrar respostas dentro do recorte temporal estabelecido. No total, consultamos um pouco mais de 300 registros de óbitos, disponíveis no *site* Family Search⁷, para colher as informações necessárias, também fazendo o exercício de notificar e selecionar os materiais mais importantes. Nestas fontes, adentramos em uma fase de reconhecimento das pistas e indícios possíveis de uma leitura do passado sobre a saúde, o cotidiano e a maneira como as pessoas viviam. Além dessas fontes, indispensáveis ao fazer historiográfico, não podemos esquecer as fontes orais. Foram, ainda, documentadas as memórias de duas pessoas.

Aqui, a história oral se soma a um conjunto de fontes orais, manifestando-se por intermédio da entrevista, como bem relata Meihy e Holanda (2019). Dito isso, é bem verdade que estamos, hoje, em um tempo atípico, pandêmico, onde a pesquisa com a técnica da entrevista gravada exigiu dinâmicas de usos tecnológicos, em virtude da necessidade do distanciamento físico entre as pessoas. Mesmo que essa condição real de distanciamento

⁷ É uma organização da história da família, que disponibiliza inúmeros documentos digitalizados em conexão com várias partes do mundo, com o objetivo de unir famílias por gerações mediante, por exemplo, a construção de árvores genealógicas.

acarrete na perda do contato direto, este não interferiu nas formas de exposição das narrativas. Assim, para permitir o acesso às memórias e ao registro escrito delas, utilizou-se o aplicativo *Whatsapp* com mensagens instantâneas e chamadas de vídeo, com o intuito de construir um processo dialógico em uma relação programada de perguntas e, conseqüentemente, respostas sem interromper ou danificar a lógica narrativa das entrevistadas.

Ainda assim, é bem possível que, para Meihy e Holanda (2019), a história oral não possa existir sem o recurso da gravação e do contato físico. Entretanto, as circunstâncias atuais nos condicionaram à própria tarefa de ver e sentir através do invisível, ou seja, estar mais atento aos sinais, às emoções, entonações de falas, pausas, silenciamentos de memória e esquecimento como uma marca comum da idade. Essas entrevistadas não se esconderam por trás da “tela”, foram elas em seu próprio cotidiano, como se estivessem no contato físico com a entrevistadora, não limitaram os ruídos aos seus redores e nem excluíram a comunicação que faziam com outras pessoas, ao dizer, por exemplo: “não posso ir agora. Estou ocupada, dando uma entrevista”.

A importância do contato entre entrevistadora e entrevistadas se fez em mesma proporção para ambas as partes. Logo, a ausência do contato físico não alterou a potencialidade da história oral, pois aconteceram em igual rigor o registro, a transcrição e o armazenamento das fontes orais. Afinal, este encontro “diferente” foi necessário porque, de acordo com Ecléa Bosi (1979), as lembranças das pessoas idosas se traçam em um plano mais nítido do que a memória de uma pessoa adulta, uma vez que elas já atravessaram essa sociedade e esse tempo em estudo, revelando características bem definidas e conhecidas sobre as coisas que nos interessou saber.

Esta troca se fez importante porque se confrontaram memórias de uma pessoa que sempre viveu no urbano e de outra com experiências de vida na área rural daquela cidade, visando refletir essas lembranças como parte da história e não para suprir a ausência de qualquer outra fonte, pois, mesmo que a memória seja seletiva, intencionalizada, fragmentada, internalizada por particulares questões, conforme Paul Ricouer (2007), a memória é sempre a memória de alguém, pertencente a um determinado grupo social, propícia às atualizações, revisitando as experiências do passado, porque, como lembra Koselleck (2006, p. 309), “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”.

Certamente, segundo Marconi e Lakatos (2008), o método qualitativo se diferencia do método quantitativo não só pela ausência de elementos estatísticos, mas pela maneira de coletar e analisar as informações capturadas. Em outras palavras, podemos observar que a

abordagem qualitativa se preocupa em interpretar e verificar os dados com certa precisão, apresentando as experiências e as complexidades acerca dos comportamentos e conhecimentos humanos. Aplicadas à técnica das entrevistas, a abordagem qualitativa se caracteriza como uma oportunidade de compreender as minúcias e condições situacionais apresentadas pelos depoimentos de memória, sem apontar lugares de medidas e proporções numéricas aos comportamentos.

Posto isso, os atestados de óbito, as entrevistas e as atas de projetos e anteprojeto de lei, pensadas como fontes importantes, foram norteadas pelas conduções metodológicas de Carlo Ginzburg (1989) ao tratar como indiciários os vestígios e as interpretações desses sinais. Por pistas, indícios e sintomas, nesta escrita da história, podemos compreender, ainda, as fotografias, em um número de quatro unidades, marcando o campo de observação imagética que adentra as temporalidades de povoado à cidade. As imagens unem-se as outras fontes que se somam neste texto, quando submetidas à análise sintomal ou semiótica, revelado muito mais que o perceptível, produzindo, assim, a decifração de códigos, práticas, ideias, mas não objetivando atingir a realidade histórica mais profunda da percepção. As imagens enumeradas como 2, 3 e 4 foram colhidas de uma rede social intitulada *Relíquias: um pouco da história de Nova Palmeira-PB em foto*, administrada pelo senhor Alex Barros; e a imagem 1 foi cedida em formato impresso e original, estando contida no acervo pessoal de João de Deus Oliveira. Ambos são populares e residentes na cidade.

Por fim, esperamos que a sua experiência de leitura com este texto seja real e sentida como se estive revisitando-a em cada traçar das palavras e dos acontecimentos relatados, seguindo os nortes que conduzem as narrativas da(s) história(s), organizamos esta escrita em quatro momentos principais, a sabermos: *De povoamento a município: limites de um território e o cotidiano de um lugar; Uma memória enquadrada: a municipalidade e a recepção do povo; Uma cidade em construção: o ato de urbanizar pelas conquistas materiais e “Foi aberta a sessão”: sujeitos, propostas e ações para uma cidade*. Lembremos que estes caminhos há de se fazer e se ramificar por outros.

Assim, o próximo ponto acolhe, mediante o uso de leis estaduais, fonte oral e levantamentos feitos através dos registros de óbito, a apresentação dos limites territoriais, a composição político-administrativa e as experiências cotidianas de Nova Palmeira, entre os anos de 1959 a 1963.

2. DE POVOADO A MUNICÍPIO: LIMITES DE UM TERRITÓRIO E O COTIDIANO DE UM LUGAR

O espaço é um local de possibilidades, uma realidade material, que passa a ser o objeto das manifestações de seus atores mediante as maneiras de apoderar-se dele. Ainda assim, existe uma tênue relação entre o espaço real e o espaço abstrato, onde este se identifica por meio dos fenômenos simbólicos e representativos, organizados e (re)inventados nas tessituras do cotidiano. Ao serem estudadas, tais construções materiais e simbólicas são interpretadas ao sofrerem recortes temporais e espaciais em seu objeto de estudo pela escala de observação em um tempo diferente do tempo real.

Em o *Objeto Local*, Alain Bourdin (2001) afirma que o território é formado por redes de contato, construído por fluxos e pontos mediante os lugares/o local, uma vez que “o lugar e o local, neste sentido, são, ao mesmo tempo, as relações sociais especializadas” (COUTO, 2009, p. 153). O local seria uma escala geográfica, uma intervenção para o arranjo das relações sociais permeadas por fenômenos cotidianos. Assim, o território é a forma de organizar-se pelas demarcações fronteiriças com a presença de processos e movimentos, interações e interferências heterogêneas.

Em referência aos espaços, limites e territórios de um lugar/local, Abílio César de Oliveira⁸, ao escrever o livro *Município de Picuí: esboço histórico* (1963), fazendo um apanhado histórico, geográfico, econômico, dentre outros levantamentos, no capítulo V, intitulado *Os limites do município: notas complementares*, apresenta os marcos limitadores do município de Picuí. Dentre os lugares citados, observemos as limitações com o município de Pedra Lavrada, que segue:

d) Com o Município de Pedra Lavrada: Começando no marco nº 3, situado, como vimos, na fazenda Cabeça do Boi, segue em linha reta até alcançar o pico do Serrote da *Lanchinha*; deste pico prossegue por linha reta até alcançar a confluência do Riacho da *Boa fé* com o rio *Cotovêlo*; daí galga a linha de cumeada que divide as águas do rio Gravatá e do rio da Passagem, prosseguindo por ela e, em seguida por uma linha reta até alcançar a foz do riacho Cacimbinha, no riacho *Passagem*; sobe por aquele riacho até a sua nascente, na *Serra Baixa*; daí prossegue pela linha da cumeada desta serra até o pico do Serrote Nova Sorte; finalmente, prossegue em linha reta até alcançar o pico da Serra da *Coruja*, nos limites do Rio Grande do Norte (OLIVEIRA, 1961, p. 30, grifo nosso).

Em outras palavras, o autor expõe um mapeamento descritivo dos limites entre os municípios de Pedra Lavrada e Picuí antes do ano de 1963, ou seja, desenha uma geografia espacial que inclui a povoação de Nova Palmeira. Vale lembrar que Pedra Lavrada é

⁸ Jornalista e cronista. Nasceu em Picuí, no ano de 1899.

denominada distrito anexado ao município de Picuí pela Lei estadual nº 20, de 14 de junho de 1890, e elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 1.944, de 13 de janeiro de 1959, desmembrada do mesmo.

Todavia, os atores sociais promovem o reconhecimento legal de seus espaços e a territorialização desse pela organização e implantação de leis responsáveis por sinalizarem e demarcarem interesses e referências de pertencimento de um determinado grupo, com o objetivo de tecer “malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 133). Sob esta visão, as relações de poder têm, dentre outras coisas, a funcionalidade de impor divisões territoriais cuja razão condiz às demarcações do campo de atuação dos sujeitos sociais e a formação hierárquica política-administrativa ao definir quem é distrito e/ou município, respectivamente, criando linhas de dependência a partir da posição que ocupam e das instituições de poder que possuem.

Nessas idas ao arquivo da Câmara Municipal de Nova Palmeira não encontramos evidências documentais datadas de anos anteriores a 1959, noticiando a conexão direta de pertencimento da área de povoamento de Nova Palmeira à Picuí mediante, por exemplo, regimentos de leis constitucionais, acordos e projetos salvaguardados pelo seu valor histórico⁹. Porém, é possível encontrar o seguinte registro no livro *Município de Picuí* (1963):

Subiu à categoria de Município, em virtude da lei nº 1.944, de 13 de janeiro de 1959, tendo-se instalado solenemente a 25 de mesmo mês. Com êle, perdemos a *Vila de Nova Palmeira* (OLIVEIRA, 1963, p. 59, grifo nosso).

Na ocasião da municipalidade de Pedra Lavrada, a cidade de Picuí desvinculou o povoado de Nova Palmeira e este passou a resolver suas questões e reivindicações administrativas legais junto ao novo município-sede, em Pedra Lavrada, até as eleições de 1964. Aparentemente, o desmembramento territorial e político-administrativo entre as partes passou a ser reproduzida apenas em termos legais e políticos, pois as pessoas da *Vila de Nova Palmeira* continuaram a estabelecer contatos de dependência à Picuí, não havendo uma ruptura tão marcante em virtude da confirmação de um novo vínculo de dependência administrativa a partir do ano de 1959.

Esse vínculo estabelecido com Picuí, por exemplo, no referente às práticas cotidianas, persistiu com a procura por assistência médica ou pela conseqüente rotina de realização de compras na feira livre daquela cidade, aos dias de sábados. Esta última afirmação pode ser

⁹ Muita documentação se perdeu ao longo das administrações públicas de Nova Palmeira por diferentes motivos, dentre eles: ações provenientes das precárias condições de organização dos arquivos.

percebida nas memórias da entrevistada Maria da Paz¹⁰, vejamos:

P¹¹. Quais os transportes que levavam as pessoas para as feiras próximas ao povoamento?

MP. O Primeiro carro que começou a fazer a feira de Picuí era uma caminhoneta, já meio velha, que a gente chamava Jambuína, de Antônio de Isáias, se chama Isáias, mas a gente chama Isáias. Ele morava no sítio e vinha todo sábado para levar o pessoal para Picuí (MEDEIROS, 03 Jun. 2020).

Outro sinal de pertencimento do povoamento de Nova Palmeira à Picuí se fez possível pelo registro noticiado no *Jornal O Norte*, um periódico de circulação diária, oriundo da capital João Pessoa, e que relatava a seguinte notícia, em data de 30 de novembro de 1952:

Município de Picuí: As realizações e as iniciativas do prefeito Eugênio Ferreira de Vasconcelos

(...) Esta Prefeitura teve ainda de mandar executar serviços de reparos e aumento de capacidade de um barreiro de serventia pública existente na povoação de Nova Palmeira (O Norte, 1952, p. 03).

O gestor municipal de Picuí, Eugênio Vasconcelos, teria mandado fazer reparos no barreiro, conhecido pelos populares como barreiro do estado, que tinha a função de oferecer água proveniente das épocas de chuvas às pessoas residentes na localidade. Vale enfatizar que, em décadas posteriores a notícia acima, o barreiro veio a ser aterrado pela necessidade de formação de uma nova rua e a construção de casas onde o mesmo se localizava.

Dentre outras benfeitorias realizadas pelo então administrador público municipal aos moradores do arruado de casas, podemos citar a aquisição do gerador de luz elétrica, ficando em atividade após os anos de emancipação política da cidade. A implantação de um novo tipo de iluminação artificial no povoamento, diferente das práticas usuais do lampião, lamparina e vela, constituiu-se enquanto uma novidade entre os populares. Lembrem-nos os antigos moradores que tal aquisição foi uma solicitação atendida ao senhor Antônio Bezerra de Medeiros, um líder comunitário do pequeno arruado, como uma maneira de promover o melhoramento no povoado. Vale lembrar que:

(...) as formas de iluminação na Paraíba antes da implantação da energia elétrica se caracterizaram pela utilização de lâmpões acionados a azeite de mamona e peixe, acetileno, álcool, querosene. Iluminação precária por atender algumas artérias da cidade, estando presente nas residências de famílias de maior poder aquisitivo, em estabelecimentos e dias festivos (BRANDÃO, 2013, p. 245).

Esse tipo de iluminação, apontada pela autora, esteve por muito tempo nas atividades

¹⁰ Maria da Paz Bezerra de Medeiros, conhecida popularmente como Marizinha. Entrevista concedida à Olindina Ticiane Sousa de Araújo.

¹¹ P=pergunta. MP= Maria da Paz.

noturnas do povoamento de Nova Palmeira. O cotidiano pacato e a rotina repetitiva revelavam uma vida modesta e sem grandes novidades. Entretanto, a vida noturna se estendia, mesmo em curto tempo, com as vendas na Bodega de Rivaldo e o funcionamento da fábrica de colchões de Severo. Estes espaços possuíam a luz artificial que jorravam fechos iluminados à rua e as crianças aproveitavam a oportunidade para brincar.

P. Como se organizava a vida no povoamento?

MP. Quando era povoado, a rotina do pessoal, o dia-a-dia, era... Tinha uma sinuca, onde uns iam jogar e outros iam conversar e tinha a bodega de Rivaldo que era Caboré que trabalhava lá e ficava lá até poucas horas com a lâmpada ligada a gás e tinha lá em tio Severo... Ele fabricava colchão e ligava uma luz de noite para trabalhar e a gente, as crianças, ia tudo brincar, nas calçadas, mas nesse tempo não tinha calçada, brincar de toca, pega-pega, pega-pega é toca, e do anel, brincar de roda, era toda essa rotina gostosa dos anos de povoamento.

A implantação do gerador de luz elétrica não causou mudanças bruscas na rotina noturna das pessoas. Em Nova Palmeira, o costume de se recolher cedo junto a família era ainda comum. Portanto, como em outras cidades da Paraíba, a exemplo de Pombal, “(...) o horário de funcionamento do motor de luz não interrompia tal hábito” (SANTANA, 2007, p. 61).

Assim, em Nova Palmeira, o seu desligamento se estendia nos dias de festividades até pouco mais das 21h: 00 min. Nas memórias de Malusa¹², sobre os fatos curiosos e inesquecíveis, está “o motor que gerava energia e funcionava no mercado. A luz apagava-se às 9 horas”. A utilização de candeeiros, lamparinas, lampiões e velas continuaram a permanecer, posto que a iluminação pelo motor não era de alta qualidade. Mesmo assim, é bem verdade que havia algo de novo nos padrões cotidianos daquela localidade.

2.1 O surgimento de novidades: as experiências de vila e distrito

Passada Nova Palmeira aos cuidados da cidade de Pedra Lavrada, ainda sob a condição de povoado, como forma de comemoração, o primeiro prefeito constitucional de Pedra Lavrada, Antônio Cordeiro Neto, mandou arborizar o pequeno povoado. Vejamos os relatos da entrevistada, que vivenciou o acontecido:

P. Quais as mudanças que aconteceram no povoado após 1959?

MP. Em 1959, Pedra Lavrada foi emancipada e, a partir daí, ela [Nova Palmeira] (...), que até então pertencia à Picuí. Aí, com o fato de pertencer à Pedra Lavrada, a

¹² Poetisa e compositora nova-palmeirense.

novidade maior que teve foi a arborização da cidade, porque o prefeito mandou plantar algaroba na cidade. Foi a novidade que teve (MEDEIROS, 03 Jun. 2020).

Esse momento de transição de pertencimento é adequado para se pensar sobre as questões pertinentes às mudanças que começaram a acontecer, sendo elas percebidas ou não pelos seus moradores, causando entusiasmos ou indiferenças frente ao engajamento de novas maneiras de organizar e alinhar a paisagem urbana em formação. Essa mudança começou a ser sentida com a arborização da rua central, ainda sem nome, quando as algarobas foram plantadas (planta xerófila nativa de regiões áridas) para simbolizar, no povoado de Nova Palmeira, a conquista do novo tipo de divisão administrativa ocorrida à Pedra Lavrada. As árvores escolhidas foram plantadas enfileiradas na rua que, em anos posteriores, recebeu o nome de Avenida Almisa Rosa.

Imagem 1- Algarobas enfileiradas



Fonte: fotografia em preto e branco. Suporte do papel impresso na horizontal. Disponível no arquivo pessoal de João de Deus Ribeiro. Registro da feira. Final da década de 1970

Imagem 2- A árvore registrada



Fonte: fotografia em preto e branco. Suporte do papel impresso na horizontal. Disponível no arquivo digital de Alex Barros (2020). Passagem missionária de Frei Damião. Década de 1940.

É provável que as intenções do administrador municipal tenham dialogado com o discurso político-econômico de plantar algarobas para “salvar” o nordeste do Brasil. De acordo com Silva (2000), a segunda fase de expansão da algaroba pelo nordeste teria sido a partir do ano de 1961 até o ano de 1965, com o intuito de expandir a cultura por intermédio de ações governamentais. É importante ressaltar a existência de linhas de pensamentos gerais contrárias a essa política florestal, em virtude dos maléficos que a algaroba traria à fauna local do nordeste. Para Burnett (2017, s/p), “a arborização das cidades com algarobeiras dava início à expansão da cultura na Região Nordeste”, e isso se justificava pelo trabalho intensivo de

distribuição de mudas e sementes da planta aos produtores rurais, técnicos e prefeitos com a finalidade de promover alimentação para os rebanhos de animais, (re)florestamento e as arborizações das cidades.

Na **imagem 1**, uma fotografia que captura cenas em movimento, podemos observar a funcionalidade das algarobas para sombrear as barracas, em dias de feira, com suas copas altas e estendidas, sem seguir um enquadramento estético dos galhos para a construção de uma paisagem urbana preocupada com as questões sanitárias e higienistas, por exemplo. As árvores proporcionavam aos passantes e usuários um local de pouso para vendas, compras e conversas entre as pessoas. Já a **imagem 2**, capturada em mesma posição da imagem 1, referente ao período de povoado, trazendo o ângulo da rua, nos revela a existência, nesse trecho, de uma jovem árvore compondo o cenário lateral. É provável, em virtude da imagem 1, que esta árvore tenha sido arrancada para, em seu lugar, plantar algaroba, já que ela não se revela no plano da imagem 1. A imagem 2 demonstra que não existia a ideia de arborização dessa abertura no povoamento, posto que no entorno ainda persistiam as características do rural pelo excesso de mata existente em decorrência da pouca quantidade de moradias, pois:

P. Como o espaço do povoamento se organizava?

MP. Só tinha duas ruas, duas carreirinhas de ruas, como diz o povo, só essa rua aqui, Almisa Rosa, que nesse tempo num tinha nem esse nome. Tinha nome nenhum, era Nova Palmeira e pronto. As duas carreirinhas de ruas que eram bem menores que a de hoje. A Capelinha de Nossa Senhora da Guia. Só era o que tinha, em termos de espaço (MEDEIROS, 03 Jun. 2020).

Além disso, torna-se importante lembrar que Nova Palmeira foi elevada a categoria de distrito pela lei municipal nº 2.640, de 20 de dezembro de 1961¹³, e continuou sob os olhares atentos de Pedra Lavrada, uma vez que já se cogitavam por murmúrios, principalmente, entre os líderes locais, um desejo por independência administrativa. No entanto, Nova Palmeira ainda era um lugar sem ordenamento urbano, com suas pouquíssimas vias e empoeiradas, sem rede de abastecimento de água, saneamento de esgoto e energia elétrica, posto médico era uma obra para épocas à frente, entre os seus moradores lembrava características rurais.

Diante da ausência de uma literatura à época que faça o mapeamento territorial e espacial da cidade, é possível lançar mão dos registros obituários para perceber os limites do lugar no contexto da nossa visita. Vejamos:

¹³ No livro de óbito do cartório de Nova Palmeira, a compreensão da cidade como distrito se estende até os meses iniciais do ano de 1964, ao situar geograficamente as localidades de pertencimento. Exemplo: Sítio Alagamar *deste distrito* (Registro nº 80. Data: 24/01/64).

Quadro 1- A formação de um lugar

Nº do registro	Data do Registro	Local da morte/área de pertencimento	Livro de óbito ¹⁴
2.865	08/02/1961	Bôa-Fé-Picuí	Pedra Lavrada
2.896	06/03/1961	Vila de Nova Palmeira	Pedra Lavrada
2.900	06/03/1961	Corredor-Picuí	Pedra Lavrada
2.901	07/03/1961	Campinhos-Picuí	Pedra Lavrada
2.903	08/03/1961	Serrote da Lanchinha-PL	Pedra Lavrada
2.904	08/03/1961	<u>Passagem-Picuí</u>	Pedra Lavrada
2.905	08/03/1961	Corujinha-PL	Pedra Lavrada
2.906	08/03/1961	Porteiras-Picuí	Pedra Lavrada
2.937	25/04/1961	Saquinho-PL	Pedra Lavrada
2.960	26/04/1961	Papa-fina-PL	Pedra Lavrada
2.961	26/04/1961	<u>Serra Baixa-PL</u>	Pedra Lavrada
2.974	15/05/1961	Tanque do Boi-PL	Pedra Lavrada
2.993	12/06/1961	Unha-PL	Pedra Lavrada
3.006	10/07/1961	Porteiras-PL	Pedra Lavrada
3.008	11/07/1961	Espera-PL	Pedra Lavrada
3.052	24/09/1961	Sombrio-PL	Pedra Lavrada
3.063	16/10/1961	Navio-PL	Pedra Lavrada
3.139	23/10/1962	<u>Passagem-PL</u>	Pedra Lavrada
3.182	20/03/1962	Pica-Pau-PL	Pedra Lavrada
3.208	19/04/1962	Pôço de Pedra-PL	Pedra Lavrada
06	09/06/1962	Saco das Ovelhas-PL	Nova Palmeira
43	23/04/1963	Coruja-PL	Nova Palmeira

Fonte: Quadro elaborado por Olindina Ticiane Sousa de Araújo. Informações disponíveis em atestados de óbitos disponíveis no Livro-05 (1959-1968), cartório de Pedra Lavrada; e atestados de óbitos disponíveis no Livro C-01 (1962-1995), cartório de Nova Palmeira.

Diante do **Quadro 1**, percebemos que essa parcialidade, ou seja, um mesmo lugar com definições de pertencimento entre dois municípios circunvizinhos, como é o caso da comunidade Passagem, pode ser observado com frequência nos livros de óbitos de Nova Palmeira e Pedra Lavrada, entre os anos de 1961 a 1963, por exemplo, quando informado o local de residência ou falecimento do morto. Posto isso, anos posteriores, com a criação do município de Nova Palmeira, as localidades que estão presentes no **Quadro 1**, dentre outras, passaram a pertencer totalmente ou parcialmente, como é o caso das comunidades Serra Baixa e Passagem, ao território recém-criado, constituindo as áreas rurais do referido município, estando, atualmente, a unidade territorial com 314, 748 km².

Uma novidade na fase de distrito foi a criação do cartório distrital de Nova Palmeira, instalado em 1º de março de 1962, sob a responsabilidade da senhora Maria dos Santos

¹⁴ Nos livros de óbito de Picuí não há registros de pessoas sepultadas no cemitério de Nova Palmeira entre os anos de 1961 e 1963. Por esta razão que a cidade não aparece no quadro 1, na coluna Livro de Óbito.

Pinheiro, popularmente conhecida como Dona Mocinha (In memoriam). A implantação do cartório de registro de ofícios e tabelionato de notas diminuiu as distâncias e oportunizou as pessoas comuns o direito de declarar o nascimento ou o falecimento de parentes, junto ao órgão, mesmo que não soubessem assinar tais atestados. É possível notar esse acesso popularizado a partir da existência de declarantes analfabetos se fazendo presentes ao cartório distrital, mediante levantamento de dados nos próprios registros de óbitos, quando se buscou identificar quantos sepultamentos ocorreram entre os anos de 1961 a 1963, em Nova Palmeira.

Segue as informações¹⁵:

Tabela 1- Registros de morte: dados do morto e a condição de seus declarantes

	Ano 1961	Ano 1962	Ano 1963
Nº de sepultamentos	63	43	49
Sexo feminino	30	20	25
Sexo masculino	33	22	24
Crianças (0 a 14 anos)	58	33	42
Adultos (29 a 93)	5	6	7
Idade não declarada	1	4	0
Parda	18	9	0
Branca	34	17	29
Morena	10	16	15
Cor não declarada	0	1	5
Declarante alfabetizado	63	35	17
Declarante analfabeto	0	8	31

Fonte: Tabela elaborada por Olindina Ticiane Sousa de Araújo. Informações disponíveis em atestados de óbitos disponíveis no Livro-05 (1959-1968), cartório de Pedra Lavrada; e atestados de óbitos disponíveis no Livro C-01 (1962-1995), cartório de Nova Palmeira.

No ato de confrontar as informações coletadas, notamos um número alto de declarantes alfabetizados no ano de 1961. Isso se explica, porque, antes da existência do cartório distrital em Nova Palmeira, parecem existir pessoas que costumavam declarar com frequência¹⁶, junto ao cartório de Pedra Lavrada, os falecimentos da região, havendo até momentos aos quais as informações sobre o lugar de sepultamento, geralmente pela denominação de *vila de Nova Palmeira* e depois como *distrito deste município*, fazendo

¹⁵ Em 1961, em Nova Palmeira, não existia cartório distrital. Nos Registros Cíveis de Picuí, em 1961, não há indicações de pessoas sepultadas em Nova Palmeira. No cartório de Registros de Pedra Lavrada tem registro de pessoas sepultadas em Nova Palmeira até 19 de abril de 1962. Nos registros de Picuí, em 1962, não consta sepultamento de pessoas em Nova Palmeira. No cartório de Pedra Lavrada não possui registros de pessoas enterradas em Nova Palmeira no ano de 1963. O cartório de Picuí também não registrou o sepultamento de pessoas em 1963 no cemitério de Nova Palmeira.

¹⁶ Egídio Gomes Barrêto, Benedito Erasmo de Albuquerque, Antonio Cordeiro Costa e Jaime Dantas Souto são os nomes que aparecem com frequência nos livros de óbito de Pedra Lavrada atestando os falecimentos da região.

referência ao vínculo com Pedra Lavrada, acompanham uma sequência numérica nos livros de óbitos.

Os números de declarantes analfabetos em 1962 e 1963 são correspondentes às pessoas residentes na área urbana e rural pertencentes aos limites de Picuí e Pedra Lavrada, vindo a delimitar o território de Nova Palmeira. Trata-se de áreas que compõem o quadro 1, exibido anteriormente. Esses números anunciam, dentro de uma margem observável, a pouca escolarização das pessoas declaradas pela tabeliã como analfabetas, estando muitas das declarações a rogo de outras assinaturas. No período de 1961 a 1963, 22 pessoas declaram residir o falecido(a), quando vivo, em Nova Palmeira.

Diante da confirmação de levadas taxas de analfabetismo, pensamentos sobre a importância da construção de escolas rurais e urbanas e as notificações de números considerados de crianças e jovens longe da sala de aula, em Nova Palmeira, visualizado como um problema a ser resolvido pela administração pública, só irá pautar as discussões na câmara de vereadores após o ano de 1965, ao observar a necessidade de implantação de políticas educacionais no município. Assim, o presente apontamento possibilita pensarmos em duas vertentes reflexivas: A primeira, sobre os sujeitos desse lugar a partir do perfil de escolarização e dos planos de educação local; e o segundo pensamento estando acerca da sociedade que irá formar as ideias de planejamento técnico de uma cidade entre o concreto, nos dois sentidos da palavra, e o não realizado, responsável por edificar a cidade dos sonhos, como disse certa vez Sandra Pesavento (2007), ou dos planos de transformação urbana incompletos, também ressaltados nas memórias de Zila Mamede e por tantos outros sujeitos.

Portanto, diante da problematização, consideramos por bem tratar no próximo momento, em breves palavras, o processo de municipalidade de Nova Palmeira e a participação de pessoas comuns, mediante o uso de fontes colhidas através de registros oficiais e fonte oral.

3. UMA MEMÓRIA ENQUADRADA: A MUNICIPALIDADE E A RECEPÇÃO DO POVO

Josineide Bezerra (2006), ao estudar a criação dos novos municípios no estado da Paraíba, a partir de 1990¹⁷, se interessa, dentre outros pontos, a observar os discursos de descentralização e autonomia, ao provocar alterações no federalismo cultivado no país,

¹⁷ Mesmo que o recorte temporal da autora esteja em um momento diferente do presente texto, ela nos potencializa a problematizar questões pertinentes para tratar a municipalidade de Nova Palmeira, no ano de 1963, a partir das continuidades e processos que em poucos quesitos mudaram.

mediando a carta constitucional de 1988. A autora nos oportuniza pensar como se ampliaram as barreiras de autonomia dos estados e municípios e a composição formativa e de responsabilidade dos limites internos estaduais.

A partir disso, percebemos a necessidade de compreender, brevemente, em termos legais, o que trata o documento de criação do município de Nova Palmeira, agregando continuidades e rupturas por mediação dos artigos e parágrafos contidos na lei e a condição participativa das pessoas comuns nos processos eleitorais para escolha do poder administrativo local na conjuntura eleitoral do ano de 1964, apontando, posteriormente, como essas escolhas irá refletir na formação da cidade por intermédio do acesso às novidades materiais.

Desse modo, primeiramente, observemos algumas partes do documento, que diz:

LEI Nº 3.102, de 14 de novembro de 1963

Cria o município de Nova Palmeira e dá outras providências.

Art. 1º- Fica criado o município de Nova Palmeira, desmembrado do município de Pedra Lavrada.

Parágrafo único- O município de Nova Palmeira é constituído pelo território do distrito de igual nome, com os mesmo limites que a êste foi estabelecido pela lei que criou o Distrito Judiciário.

Art. 2º- As eleições para Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, realizar-se-ão em data designada pelo Tribunal Regional Eleitoral, de acordo com a Legislação em vigor.

Parágrafo único- Será de sete (7) o número de vereadores à Câmara Municipal do município ora criado. (...)

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo a instalação ocorrer com a posse do Prefeito, Vice-prefeito e vereadores eleitos na conformidade do disposto no art. 17, letra “d”, do Código Eleitoral e no art. 18, da Lei nº 321, de 8 de janeiro de 1959 (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 1963, p. 01-02).

O documento fundamenta o pertencimento da dimensão territorial descrita em discussões anteriores, *com os mesmo limites que a êste foi estabelecido pela lei que criou o Distrito Judiciário*, e pontua os novos rumos administrativos destinados ao município em termos de representação política. No entanto, o documento, como é de se esperar por tratar-se de uma lei¹⁸, não detalha as potencialidades para a criação do mesmo, ficando impedida a possibilidade de informar as condições (des)favoráveis para tal municipalidade, isso porque:

(...) em meio à diversidade que caracteriza a malha municipal brasileira, quando consideramos indicadores como população, renda per capita, inserção produtiva na economia regional e nacional, podemos afirmar que a maioria dos municípios do país está à margem desse perfil (BEZERRA, 2006, p. 32).

¹⁸ Ficou impossibilitado o acesso junto ao acervo do ALPB para verificação do projeto de criação do município de Nova Palmeira em virtude do período pandêmico e a necessidade de distanciamento social entre as pessoas nas repartições públicas, por exemplo.

Dito de outra forma, torna-se possivelmente aceitável a ideia de que Nova Palmeira não atendesse, à época, tais critérios para a emancipação, já que a porção populacional, a renda per capita e a sua participação na economia, no mínimo do estado da Paraíba, não se justificava em quantidades suficientes para se tornar um município. De tal maneira, em dados atuais, podemos exemplificar com o número populacional que não ultrapassa cinco mil habitantes no senso de 2019¹⁹, demonstrando, pois, o baixo favorecimento para atender outros critérios de ordem maior. Mesmo assim, a criação do município de Nova Palmeira revela a sua agregação ao quadro representativo de localidades que conquistaram “independência”, emancipando-se no início da década de 1960, cujo processo supõe-se como marcado por influências e desejos políticos, não se impondo enquanto um processo isolado diante dos demais, mas compondo traços, mudanças e a adesão de novidades à cidade que se formava.

Para se pensar a maneira como as pessoas que viviam em propriedades rurais afastadas do urbano receberam as notícias da emancipação, apresentamos os vestígios do acontecido pela entrevistada Terezinha²⁰:

P. Como as pessoas do sítio ficaram sabendo da novidade?

TB. Nessa época, eu morava no sítio, nas capoeiras, me mudei pra lá em 62 [1962]. Aí, vieram um povo de lá, os maiores assim... Zé Amaro... vieram tudo participar aqui na cidade que virou. Depois a gente ficou sabendo dos acontecimentos. Quando foi o dia, eu já não me lembro mais. (Pausa) Parece que foi numa terça, não sei, não lembro. (SOUSA, 18 jun. 2020).

“Participar aqui na cidade que virou”, pela memória da entrevistada, não se apresenta como uma reação às festividades, propriamente dito, em virtude da notícia. Mas, supomos que esteja se referindo ao estado de mudança ocorrido. Ou seja, se deixava a condição de distrito para ser uma cidade. Logo, para a entrevistada Maria da Paz, ao receber a notícia:

P. No espaço urbano, como as pessoas residentes receberam a notícia da emancipação política?

MP. As pessoas ficaram contentes. Só que movidas um pouco pela politicagem, porque uns diziam que era Dr. Pereira, que era deputado estadual nesse tempo, que tinha conseguido, e outros diziam que era Dr. Medeiros Dantas, que era um médico sanitário filho daqui, que tinha conseguido. Aí, havia essa questão de disputa, se era Dr. Pereira ou se era Dr. Medeiros. E no mais, ocorreu normalmente. (MEDEIROS, 03 jun. 2020).

Então, as pessoas comuns teriam assistidos de forma indiferente o processo de “libertação”, autonomia e constituição de um novo sistema administrativo à cidade? É bem

¹⁹ Informações contidas no IBGE 2019.

²⁰ Terezinha de Jesus Sousa, conhecida como Tereza Bezerra (83 anos). Entrevista concedida à Olindina Ticiane Sousa de Araújo.

verdade que apenas poucos compreendessem, ao certo, o que aquelas mudanças iriam significar em anos à frente, ao desenformar uma cidade pelos moldes tardios. Para tanto, o acontecimento da emancipação ficou registrado no imaginário das pessoas, e por anos a comemoração do evento se deu em data não correspondente ao contexto oficial. Ou seja, um equívoco cronológico sobre a institucionalização da data do feriado municipal comemorado durante décadas, reafirmado, inclusive, entre os representantes parlamentares da câmara de vereadores em seus mais diferentes pronunciamentos acerca da emancipação política de Nova Palmeira²¹. Vejamos o discurso de Martinho Cassiano, em 1989:

Sr. Presidente. Senhores Vereadores, e demais autoridades aqui presentes. *14 de outubro* é a data máxima da história política desse município. *Hoje comemoramos 26 anos de emancipação política*. A razão primeira deste pronunciamento neste dia de abertura da constituinte neste município. Pois congratulo-me com Nova Palmeira parabenizando-a com efusão honrado com o mandato de vereador deste município (...) (arquivo da câmara de vereadores, 1989, grifo nosso).

Entretanto, sem a pretensão de esmigalhar as intensões de fala no discurso proferido, notamos que até pouco tempo, por razões não esclarecidas, supostamente por um desconhecimento da história e do documento, da adoção da data de 14 de outubro às comemorações de emancipação política do município, tendo nomeada a banca de música filarmônica 14 de outubro e as festividades sociais sobre a data comemorada no mês de outubro, quando, bem verdade, trata-se de 14 de novembro de 1963. Acerca da memória que se solidificou em torno da data entre os pares políticos e o povo, Pollak (1989, p. 11) nos relembra o trabalho do enquadramento de memória, que “se alimenta do material fornecido pela história”, pois a referência ao passado, mesmo com colocações contestáveis, cria uma identidade grupal e/ou a propagação de acontecimentos, por muitos, incontestáveis ao longo do tempo.

Assim, a cidade que se planejava construir por meio do projeto emancipatório é um lugar inventado de “cima para baixo”, a partir das linhas de pensamento da arena política que abriram os planos para a nova cidade, a fim de integrar e submeter uma sociedade que, supostamente, desconhecia o novo tipo de divisão administrativa, marcada pela data comemorativa em verdade de 14 de novembro de 1963, e muitas das novidades modernas acolhidas nos espaços públicas e nas residências de famílias abastadas.

Sobre as eleições daquele ano de 1964, a campanha eleitoral teve os candidatos Severino Veriano dos Santos (Nego Caetano), morador local, em oposição a Eronildes

²¹ Obedecemos à fidelidade da transcrição da mensagem, quanto à escrita e pontuação do texto.

Vasconcelos, de Pedra Lavrada. Severino Veriano foi eleito prefeito e Luiz Eugênio vice-prefeito, juntamente com os sete vereadores: Osmar dos Santos Pinheiro, Luiz Viana de Macêdo, Geraldo Maciel de Oliveira, Raimundo Barreto de Araújo, Manoel Roque Ferreira, José Maximiano Dantas e Sebastião Dias Ferreira.

Sobre a eleição, ao ser indagada acerca da condição do voto, nos lembra a entrevistada Terezinha: “Ah, eu votei, votei em Nego Caetano, já votava, já tinha votado em Pedra Lavrada, que eu sabia lê e escrevia meu nome. Meu título [título eleitoral] parece que foi tirado em Pedra Lavrada”.

Dessa forma, para aquela conjuntura, notamos que, conforme Barros e Duarte (2014, p. 79), “o voto estava ligado à condição de ser “alfabetizado”, na realidade, o eleitor teria que saber assinar o seu nome”. Logo, na cidade ou na zona rural, ensinar as pessoas comuns a ler e escrever se consistia em um ato de incentivar a aprendizagem, a participação na vida social e política do município.

Portanto, as próximas narrativas históricas temporalizadas têm por objetivo apresentar os planos de transformação, realizados e não realizados, na vida da cidade e de seus cidadãos, mediante a nova divisão administrativa instituída e pela necessidade do moderno. As atas da Câmara Municipal de Nova Palmeira de projetos e anteprojetos de lei, ofícios e mensagens integram o campo exploratório das fontes para se pensar essa cidade, seus sujeitos, desejos e (in)realizações de 1964 a 1970²².

4. UMA CIDADE EM CONSTRUÇÃO: O ATO DE URBANIZAR PELAS CONQUISTAS MATERIAIS

Nova Palmeira como cidade, propriamente dita, só foi pensada após o processo de municipalidade, quando os agentes administrativos começaram a maquinar ideias, a criar políticas de assistências para si e para o povo.

O ato de urbanizar se fez por meio da implantação de alguns poucos equipamentos modernos e pelas ampliações de construções necessariamente básicas em qualquer espaço urbano, sendo, a título de exemplo: a criação de novas escolas, a abertura de estradas, a

²² Ao modo de informação, os registros principais da câmara de vereadores só começaram a ser datados a partir de 20 de novembro de 1964, como as atas de sessões, livro de presença, ofícios, mensagens e requerimentos, por exemplo. Em ofício nº 10/66, para alegar o déficit orçamentário de 1965, apresenta o referente ano como o primeiro ano de funcionamento da prefeitura municipal de Nova Palmeira. Diante disso, não encontramos material de fonte para pensar os planos de construção da cidade no decorrer do ano de 1964. O que se perpetuou nas poucas sessões do ano de 1964 foi a formação de secretárias, cargos, portarias, prestação de contas, orçamentos e despesas para o ano subsequente.

criação do posto médico, o planejamento do conjunto habitacional, fazendo a área urbana expandir-se, a construção de redes de saneamento de água e esgoto e postos de telefonia. No entanto, é preciso marcar a referência à falta de água e alimentos noticiada pelos próprios parlamentares, na primeira gestão municipal, como uma questão que sempre “brigava” com a possibilidade de romper o atraso e as mazelas da cidade.

Adiantamos que, ao analisar a documentação interna da câmara de vereadores, não foi possível localizar a existência de um plano modernizador consciente, traçado e formalizado em papel, nos anos iniciais da primeira gestão pública e início da gestão subsequente, para a área urbana, e muito menos para a área rural do município, com a finalidade de acompanhar e adotar equipamentos e espaços já utilizados há tempos por outras cidades como algo moderno e atribuído ao bem-estar comum da sociedade local. Assim, quando a cidade se faz, as novidades modernas parecem estar atreladas as necessidades do lugar.

Conseguimos compreender a formação de uma cidade, em tempos modernos, que se forma de maneira tardia, em virtude das experiências de vila e distrito, estando como um artefato em repouso, como diria Gorelik (1999), já não possuindo a capacidade de se conduzir incomparáveis processos de transformação na paisagem, ficando a espera de anos posteriores para se modificar. De fato, “Os tempos modernos se expandiram com as cidades, nelas arquitetaram seus grandes projetos (...), conviveram com as invenções modernas e seus deslumbramentos”, segundo Rezende (1997, p. 21), mas, é bem provável que nos anos iniciais de cidade tais *invenções e deslumbramentos* chegassem de forma morosa e entre poucos espectadores. O lugar da problemática não é transitar por essa cidade a partir dos conceitos de modernidade, adentrando a intimidade das influências culturais, modos de viver e organização social da época, e nem tão pouco o modernismo com suas visões e valores por intermédio do qual a cultura objetiva compreender os processos de transformação.

Tais conduções se justificam quando, ao estudar os signos do moderno nas cidades do “Norte”²³ pelas conquistas materiais e não pela vida moderna, Gervácio Aranha (2003), no século XIX e início do século XX, pontua particularidades para se pensar o moderno nas cidades ainda mais interioranas do estado, ao ser avaliada a existência de cenários urbanos de dimensões menores e sem a marca da agitação de pessoas, movimentos e de novidades das mais diversas em um ritmo de vida acelerado. Entretanto, e precisamente, caminhamos ao lado da modernização. Esta compreendida como uma dinâmica que trouxe novidades, como um processo responsável por modificar a paisagem urbana de Nova Palmeira, anexando

²³ Expressão referente ao contexto de reconhecimento do território brasileiro como norte e sul, estando a Parahyba situada na região norte.

objetos e obras em um ritmo lento, mas que alteraram a fisionomia da cidade bucólica, anos posteriores, resultando em estranhamentos ao olhar de fora, pois “nisso radica boa parte da riqueza potencial de uma história (...) local, (...) para notar que seus resultados não podem ser senão originais e específicos” (GORELIK, 1999, p. 59).

Pelas fontes caras a esse fazer historiográfico sobre o desenvolvimento ou acontecimentos tardios na cidade, percebemos introdutórios desejos de afastamento do passado, posto que, de acordo com as palavras de Gomes (2012, p. 20), “(...) “construir” a cidade era, antes, um plano alimentado pela força do desejo de eliminar as “mazelas” do passado, em nome do conforto e da civilidade”.

Feitos breves esclarecimentos, abrimos caminhos, reviramos o que ainda não havia sido mexido pela pesquisa local em termos historiográficos, para nos reportamos aos anos referentes à primeira administração municipal e início da segunda gestão, identificando seus sujeitos, as justificativas para determinadas mudanças e as precariedades de alguns setores reproduzidos nos contrastes do se queria e no que se tinha na cidade em benefício às pessoas. Vale lembrar, ainda, que não compactados, nessas próximas linhas narradas pelo sentido da palavra, todas as ideias, planos, projetos, desejos, rumores, perspectivas ou as mais peculiares projeções de novidades modernas e contornos de uma nova *urbe* após o seu processo emancipatório, pois, dessa cidade em construção, pouco nos restou e os fragmentos dessa atividade de tecer histórias depositam-se por pedaços impressos em alguns escritos e memórias rasuradas por esquecimentos e tensões provocadas em decorrência das consequências do tempo.

5. “FOI ABERTA A SESSÃO”: SUJEITOS, PROPOSTAS E AÇÕES PARA UMA CIDADE

Aqui, nos deslocamos ao tempo da administração de Severino Veriano dos Santos (1964-1968) e os primeiros anos administrativos de Bento Coelho Pessoa (1969-1970). Lembramos, ainda, que essa cidade se comporta como um artefato em repouso, num ritmo de vida que não tem pressa, no sentido de não ter acontecido o despertar rápido pelo desejo de novidades que vinham de fora, enquanto uma aquisição para o conforto e bem-estar coletivo.

Dito isso, retomemos a precariedade do abastecimento de luz elétrica, desta vez na condição de cidade e sob a novidade de uma administração pública local. O ano é 1965. A aplicabilidade de uma rede de fornecimento de energia elétrica traduz um desejo de romper com a ineficiência do serviço promovido pelo gerador de luz elétrica desde a época de

povoado. Afinal, para uma cidade que objetiva se projetar entre os seus e para os outros a partir da iluminação artificial, como uma conquista de melhoramento e conforto, esta adentrando as particularidades das residências e espaços públicos, sem dúvida, a implantação de energia de qualidade atingiria a máxima preocupação da primeira gestão municipal e de seus parlamentares.

O projeto de eletrificação do município se manifesta nos meses finais do ano de 1965, quando o prefeito Severino Veriano atestou o encaminhamento do seguinte ofício nº 8/65, de 25 de novembro, solicitando recursos financeiros para a obra: “I- Remeto-vos para os devidos fins, o Projeto de Lei de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo para eletrificação do município”²⁴. Entretanto, esse aparente desejo pelo melhoramento da cidade, no referente ao fornecimento de energia elétrica, já se fazia presente na pauta de reunião dos vereadores em 2 de julho de 1965, ao notificar em ata que o vereador Osmar dos Santos Pinheiro relatava os problemas “que passa a *cidade sem energia elétrica* e que *providências urgentes* devem ser tomadas para sanar essa falta”²⁵.

A eletrificação, ao menos, da principal rua da cidade poderia garantir o funcionamento eficiente dos serviços públicos, sem a interrupção comum ocasionada pelo motor de geração de energia. Além disso, a ideia de resolução do problema também foi algo apoiado pelos demais vereadores presentes na sessão daquele dia, quando manifestada na ação coletiva de “ser aplaudido por seus colegas”. Ou seja, oferecer, dispor, utilizar energia elétrica não era apenas uma vontade individual, mas coletiva e almejada por muitos. Sobre o processo transitório entre motor de luz elétrica e a implantação de energia elétrica de “Paulo Afonso”, acompanhem as fotografias:

A **imagem 3** representa o gerador de luz elétrica responsável pela iluminação, ao menos

Imagem 3- Zizi e motor de energia



Fonte: fotografia em preto e branco. Suporte do papel impresso na posição vertical com bordas. Disponível no arquivo digital de Alex Barros (2020). Data indefinida. Fotógrafo Desconhecido.

²⁴ Ofício nº 8, de 25 de novembro de 1965, disponível no arquivo interno da câmara de vereadores de Nova Palmeira. O documento não apresenta justificativa por parte do poder executivo para garantir a eletrificação do município como uma ação administrativa necessária ao beneficiamento da população.

²⁵ Disponível em 1º Livro de Atas de Projetos e Anteprojetos de lei da Câmara Municipal de Nova Palmeira (1964 a 1970).

pública da cidade, em horários reduzidos. O motor de porte mediano foi operado por muitos anos pelo popular Zizi, José Francisco Medeiros, e a sua funcionalidade atravessou as épocas de povoado e distrito, anunciado em momentos passados dessa narrativa.

Notamos que o sujeito posa para a fotografia com aceitação ao ato fotográfico, pois “(...) confrontado com um olhar que fixa e imobiliza aparências (...) coloca-se de forma rígida e imóvel (...)” (BOURDIEU, 2006, p.38).

Em outras palavras, é bem notável o aparente cuidado de apresentar-se ao lado do equipamento urbano moderno com uma imagem preparada de si, revelando um homem que sabe operar a maquinaria mais evoluída da cidade, ao se posicionar confortavelmente ao lado do equipamento sem aparentar ter medo de ocorrer problemas técnicos, (re)visitado pelo olhar do espectador mediante a ideia de está acompanhado da novidade, conforto e inventividade para aos espaços públicos e privados, mesmo que o funcionamento se aplicasse com deficiência. O ato de operar a maquinaria moderna para aquela realidade talvez não fizesse de “Zizi” um homem muito importante entre as pessoas por essa habilidade, mas é bem verdade que fazia dele um sujeito conhecido por todos.

Vale ressaltar que, em ata da 2ª sessão extraordinária, datada de 2 de fevereiro de 1970, os parlamentares reuniram-se, a pedido do poder executivo, para tratar “sobre a venda do motor de energia elétrica”²⁶, no valor de mil e duzentos cruzeiros novos, este presente na imagem 3, cujo objetivo pleiteava a compra de materiais de construção para a edificação do grupo escolar localizado na área rural da comunidade Navio, daquele município. Consta que a solicitação foi atendida por unanimidade pelos presentes na sessão. Realizada a venda do gerador de energia no incipiente ano de 1970, é possível pensar na possibilidade de implantação na cidade e, no cotidiano de algumas pessoas, da energia elétrica de “Paulo Afonso” sendo anterior a essa data de negociação, cuja finalidade se fazia pela destinação outra ao motor de luz elétrica.

É bem verdade que no momento não podemos precisar essa passagem de quando foi instalado ou suspenso o funcionamento do gerador pelo moderno fornecimento de energia através do sistema de hidroelétrica, pois não se pode negar que a oralidade, representada nas memórias de idosos, apresenta, em algum momento, deslocamentos cronológicos em um tempo exterior ao acontecido, segundo Bosi (1979). Contudo, deixando as incertezas à parte, sobre as datas de funcionamento de tais equipamentos, noticiou a entrevistada Maria da Paz ao diz: “começou em 1959 [o funcionamento do gerador] e terminou com a chegada da

²⁶ Disponível em 1º Livro de Atas de Projetos e Anteprojetos de lei da Câmara Municipal de Nova Palmeira (1964 a 1970)

energia de Paulo Afonso... terminou em 1968”.

Então, subentende-se que a eletrificação da principal rua da cidade, e não da cidade como um todo, tenha sido finalizada por volta dos anos de 1969, respectivamente, posto que nesse período ainda se falava, por intermédio dos registros nas atas, sobre a *instalação de energia elétrica*. Tal alegação tem o seu papel fundante, porque os projetos de *implantação* de redes de energia elétrica nas ruas Jorge de Mendonça, Aprígio Clementino, Mutirão da CEHAP, Mutirão MDC²⁷ e cemitério público, além da *ampliação* de redes elétricas nas ruas Olavo Bilac e João Caetano dão sinais apenas na década de 1990, mais precisamente em 1991, através da solicitação de abertura de crédito para tais obras, informado pelo projeto de lei nº 2/91²⁸.

A experiência da cidade de Nova Palmeira com a luz elétrica foi um tanto tardia, posto que, desde a década de 1910, muitas cidades paraibanas já começavam a utilizar tal melhoria. Por outro lado, equipar esta mesma cidade com uma novidade moderna, como foi o caso da energia elétrica, em tempos depois de sua emancipação política, surge enquanto um desejo de criar um cenário propício ao estatuto urbano que assumia. Assim, na **imagem 4**, datada da década de 1970, sem a possibilidade de precisar o contexto exato para a captura do registro, mas seguindo as pistas que nos despontam, redimensionamos os olhares para uma Nova Palmeira exaltada como próspera, modificada com a presença de fios condutores de eletricidade moderna, de rua pavimentada e árvores alinhadas, emitindo uma condição de desenvolvida, em comparação aos anos antes de 1960, porém em estado de inacabada.

Imagem 4- Rua Almisa Rosa



²⁷ CEAPH (Campanha Estadual de Habitação Popular) e MDC (Ministério das Cidades).

²⁸ Disponível no arquivo da câmara de vereadores de Nova Palmeira.

Fonte: fotografia em tons de cinza. Suporte do papel impresso na posição horizontal. Disponível no arquivo digital de Alex Barros (2020). Vista da Rua Almisa Rosa. Data: década de 1970.

A fotografia espontânea, anunciando um dia de sol pelos sombreamentos ocorridos aos elementos ressaltados na imagem, não atraiu os olhares dos sujeitos capturados pelo registro à direção da posição da câmera fotográfica e, nem tão pouco, ao fotógrafo, suscitando olhares ao horizonte que compactou na cena o limite da pavimentação urbana construída em pedra, na rua Almisa Rosa, e o encontro, em dimensões últimas do retrato, com a rua de terra batida e empoeirada, a rua Professor Jorge de Mendonça.

Esta imagem revela o contraste entre o que se tinha, a partir da década de 1970, e o que se permanecia, em relação aos anos anteriores, na vida da cidade e dos seus cidadãos. Ou seja, a persistência marcante entre as características rurais em meio ao urbano, reconfigurado pelas novidades e melhoramentos em convivência com os elementos tradicionais da paisagem, exibe-se em “uma relação indivisível entre matéria e expressão; em outras palavras, entre o artefato e o registro visual” (KOSSOY, 2014, p. 81), onde “os símbolos da modernização convivem com a força da tradição (...)” (CABRAL FILHO, 2009, p. 50). Portanto, conforme a **imagem 4**, já se podia noticiar a eletrificação vinda da usina de Paulo Afonso, a pavimentação ordenada de espaços para os carros e as calçadas para a passagem de pessoas, além do alinhamento dos galhos das algarobas na Avenida Almisa Rosa, pois, desta vez, “as árvores dispostas pela rua (...) nos dão uma idéia de ordem e alinhamento (...) cuidadosamente podadas, remete aos ideias de higiene e embelezamento (...)”. (CABRAL FILHO, 2009, p. 51). O carro jipe, alinhado à esquerda da imagem, compõe a cena como um elemento moderno e de conforto.

Também se torna importante lembrarmos que esta via pública, tida como a principal artéria da cidade, recebeu a denominação de “AVENIDA ALMIZA ROSA, em homenagem àquela que tantos benefícios prestou a nossa comunidade quando em vida”, estando essa justificativa relatada em ata da sessão de 26 de dezembro de 1966²⁹, apresentada pelo vereador Osmar dos Santos Pinheiro, neto da homenageada. Com isso, rememoramos a ideia de que a cidade se modelava a partir das decisões de “cima para baixo” e pela vontade de romper com as características do passado, ao atribuir a denominação de “AVENIDA” à rua que, ainda no ano de 1966, não provia de outros guarnecimentos para se faz jus a denominação grandiosa que recebera. Tais modificações serão assistidas após a década de 1970, como visualizado nos sinais apontados pela imagem 4.

²⁹ Disponível em 1º Livro de Atas de Projetos e Anteprojetos de lei da Câmara Municipal de Nova Palmeira (1964 a 1970).

Para uma cidade que se propunha se redesenhar pelo olhar interno após a sua municipalização, vejamos a abertura de escolas e estradas como uma garantia de mudança, de projeto de “civilidade” e reparos a esses atrasados da cidade. Começamos pelo o Serviço Municipal de Estradas de Rodagens (SMER), enquanto uma iniciativa do poder executivo. Observa-se o caráter construtivista e comunicativo que a abertura de novos caminhos de rodagens e/ou o melhoramento de estradas poderiam estabelecer entre os sujeitos do local e os lugares circunvizinhos. De fato, é possível apontar a existência de estradas pouco movimentadas e de difícil acesso que se ligavam à Nova Palmeira, por exemplo, atrasando o cuidado rápido para os casos urgentes, já que a cidade, no contexto em análise, não disponibilizava de atendimento médico básico.

Essa ausência médica notifica-se em ata de 24 de junho de 1966, onde o prefeito municipal buscava providências para criar o “pôsto de saúde, que venha atender as necessidades do nosso povo”.³⁰ A falta de assistência médica, comprovada pela baixa quantidade de atendimentos médicos e imprecisões às causas de morte informadas nas certidões de óbito, também se instituíram como um índice medidor para averiguarmos as consequências de mortes ocorridas entre os moradores da cidade e as abrangências geográficas e organizacionais de suas comunidades rurais, entre os anos de 1964 a 1970.

Tabela 2- Mortalidade no município

Ano	Quantidade de sepultamentos	Adulto (19 a 95 anos)	Criança (0 a 14 anos)	Causa da morte
1964	35	5	30	Moléstia ignorada
1965	26	7	19	Moléstia ignorada
1966	21	9	12	Moléstia ignorada, úlcera no estomago, pneumonia aguda e coqueluche.
1967	22	5	17	Moléstia ignorada, afogamento em açude e parada cardíaca
1968	19	5	14	Moléstia ignorada, úlcera no estômago e câncer na faringe
1969	18	8	10	Moléstia ignorada
1970	25	11	14	Moléstia ignorada, parto, cardiopatia, AVC e acidente de trânsito.
Total	166	50	116	

Fonte: Tabela elaborada por Olindina Ticiane Sousa de Araújo. Informações disponíveis em atestados de óbitos disponíveis no Livro C-01(1962-1995), cartório de Nova Palmeira.

³⁰ Disponível em 1º Livro de Atas de Projetos e Anteprojetos de lei da Câmara Municipal de Nova Palmeira (1964 a 1970).

Verificados os dados na **tabela 2**, percebemos os anos de 1964 e 1965 com índices relevantes de mortalidade sem confirmação da causa da morte, seguindo a denominação de moléstia ignorada. Além disso, se comprovou a presença da mortalidade infantil de crianças com dias de nascimento a três anos de idade em ocorrências frequentes, também sem as causas de mortes anunciadas. Alguns motivos de óbito poderiam claramente estar implicados em fatores como a baixa produção da renda familiar local e os períodos de estiagens da chuva como consequências capazes de reduzirem a quantidade suficiente de alimentos e água potável para algumas famílias, diminuindo, assim, a qualidade de vida. Além disso, existia a presença de doenças que não conseguiam ser mapeadas em decorrência do pouco acesso ou de condições financeiras desfavoráveis para as realizações de exames médicos periódicos.

Do ano de 1966 ao ano de 1970, ainda do ponto de vista da tabela 2, os números de mortes são oscilantes, tanto na referência de adultos, quanto crianças. Entretanto, não demonstram, dentro dessa margem numérica, a resolução para os problemas de saúde e as causas comuns à mortalidade infantil no município de Nova Palmeira. Passado o ano de 1966, notamos que as causas de morte começaram a ser registradas nas certidões de óbito fugindo da nomeação comum de moléstia ignorada. Contudo, isso não significa dizer que o acesso médico se popularizou de forma homogênea. Pelo exemplo retirado da **tabela 2**, ao definir motivo de óbito como *afogamento no açude*, diga-se de passagem, que este não seria um termo técnico da medicina presente em laudos médicos para atestar motivos de falecimento dos corpos em virtude de insuficiência respiratória.

Caso diferente é percebido no atestado de óbito número 187 do livro C-1, do cartório de Nova Palmeira. Trata-se do senhor Tomas Martins de Medeiros, falecido no ano de 1967, cuja causa de morte se deu em virtude de uma *parada cardíaca* por questão de um *bronco pneumonia* atestada por laudo médico assinado pelo Dr. Natacílio Pedroza. Supomos que o atendimento médico em Campina Grande fosse possível porque o senhor Tomas Lourenço (nome popular) possuía recursos financeiros suficientes, já que era proprietário, dentre outras coisas, de vastas extensões de terra em Nova Palmeira. Desta forma, ao modo de esclarecimento, essa realidade de assistencialismo médico de qualidade não poderia ser realidade para algumas outras pessoas residentes na área urbana e rural, pois, a respeito do ano de 1966, a falta de alimentos e água foi motivo de pauta nas discussões da câmara de vereadores, transparecendo ser um ano difícil.

Como plano assistencialista foi criado o armazém de subsistência, em sessão extraordinária e de motivo único. O armazém de subsistência foi um projeto que criou controvérsias entre os próprios “representantes do povo”, isso identificado pela proporção de

votos contra (2) e de votos a favor da iniciativa (3) ³¹. Os motivos para quase reprovação do projeto ficaram indefinidos nas escritas das atas. Já os planos para a resolução dos problemas com a crise hídrica se fizeram presentes na administração de Bento Coelho, em 1969, ao se falar em projetos e convênios de *abastecimento d'água singelo de Nova Palmeira*.

Ao pontuarmos a questão da educação na cidade e extensiva para além desta, retornamos ao ano de 1964. Inegavelmente, a criação de escolas primárias no município ocupou a linha de pensamento do vereador Luís Viana de Macêdo, ao propor um projeto de lei nº 2/64³², e de Manoel Roque Ferreira, que no mês de julho de 1965 já se falava na construção de novas escolas e estradas. As problemáticas acerca da idade escolar e as construções de escolas não se acomodaram em projetos. Em ata do dia 30 de julho de 1965, foi registrada a ocorrência do “grande número de crianças com idade escolar e, que, no entanto devido a vários fatores, inclusive o financeiro, deixavam de comparecer às escolas e, que providências urgentes precisavam ser tomadas para evitar no fim um mal muito maior” ³³.

Dito assim, é bem sugestivo se pontuar este “mal muito maior” como, dentre outras possibilidades, uma maneira de se deparar com um acentuado número de pessoas iletradas na área urbana e, principalmente, rural. Essa conjuntura é possivelmente analisada pela “a ampliação dos direitos políticos e civis e pela *influência das massas urbanas no jogo político*” (FORTUNADO, 2008, p. 42, grifo nosso). De todo modo, a situação da evasão escolar apontada pelos vereadores, e entrelaçada por interesses políticos, poderia projetar-se mais adiante de forma negativa, anunciando-se em taxas de analfabetismo muito acentuadas. Supostamente, a falta de instrução escolar comprometeria o melhoramento da vida dos cidadãos e interromperia a própria participação das pessoas comuns nas escolhas políticas eleitorais da cidade de Nova Palmeira, reduzindo-se essa participação à pequena porção de homens e mulheres letradas à época.

5.1 “O Socorro médico”: a assistência entre os tipos de comunicação (s)em fio

Em reunião dos oito dias do mês de dezembro de 1965³⁴, os presentes naquela casa legislativa do município receberam e leram, com certo entusiasmo, o telegrama expedido pelo presidente da Associação Brasileira dos Municípios (ABM), acrescentando que se tratava de

³¹ Ata da 1ª sessão extraordinária, de 09 de maio de 1966, disponível em 1º Livro de Atas de Projetos e Anteprojetos de lei da Câmara Municipal de Nova Palmeira (1964 a 1970).

³² Arquivo da câmara de vereadores.

³³ Disponível em 1º Livro de Atas de Projetos e Anteprojetos de lei da Câmara Municipal de Nova Palmeira (1964 a 1970).

³⁴ As fontes sobre o executivo e o legislativo que se segue neste ponto foram retiradas do 1º Livro de Atas de Projetos e Anteprojetos da Câmara Municipal de Nova Palmeira (1964 a 1970) e do arquivo da câmara de vereadores.

assuntos municipalistas.

Vejam os: enquanto outras cidades do estado da Paraíba, a exemplo de Campina Grande, Umbuzeiro, Pombal, já acolhiam outras maneiras de comunicação muito à frente do telegrama, Nova Palmeira e seus sujeitos locais, pelo episódio de 1965, se sentiam encantados com o recebimento de uma mensagem, vinda pela linha telegráfica que passava na localidade, em nome do presidente da ABM. Neste contexto, para a cidade, uma mensagem telegráfica era uma via de contato rápida importante para um lugar onde, basicamente, se mantinha isolado dos grandes centros urbanos, posto que poucas novidades se tinha entre os seus e muitas coisas ainda faltam para os habitantes.

Isso nos leva a acreditar que a presença do posto teleográfico na cidade funcionava como um importante meio de comunicação com as localidades, às vezes, mais distantes, encurtando o tempo e o espaço ao condicionar uma noção de rapidez desconhecida na vida das pessoas e do lugar. Entretanto, como bem nos lembra Aranha (2003), e salientado por Gomes (2012) ao evidenciar as experiências de comunicação na cidade de Aroeiras, a experiência de algumas cidades do Norte com o telégrafo terrestre é antiga, seguindo, inclusive a dobradinha trem de ferro e linha telegráfica.

Ainda assim, o hábito de ler correspondências nas sessões da câmara de vereadores era uma prática comum e despertava um ar de moderno e intelectual, constituindo a (in)formação de homens atualizados com as últimas notícias da região e do estado acerca dos comunicados administrativos e de interesses dos senhores.

A agência postal telegráfica da cidade foi desativada ainda na gestão de Severino Veriano por motivos não informados. O requerimento do Sr. Severino Araújo Barreto, à época vereador na gestão de Bento Coelho Pessoa, solicitava à câmara de vereadores daquela cidade que “(...) fosse dirigido ao Departamento dos Correios e Telégrafos um ofício bem assim ao Prefeito Municipal no sentido de ser criado nesta localidade um posto de correios, visto ter sido extinto a agência postal telegráfica”. (Arquivo da câmara dos vereadores, 1969).

A justificativa para a construção de um novo ponto de envios e recebimentos de correspondências deu-se pela alegação de que o município de Nova Palmeira encontrava-se “(...) prejudicado pela falta de comunicação direta com outras localidades vizinhas”. A conjuntura a qual a cidade se encontrava prejudicada se dizia respeito às necessidades impossibilitadas de se “(...) obtêr-se “Socorro Médicos”, por estar desligada a linha telegráfica que servia à localidade”. Essa afirmação é possível de ser acessada em ata da sessão ordinária de 13 de junho de 1969, disponível no 1º Livro de Atas de Projetos e Anteprojetos de lei da Câmara Municipal de Nova Palmeira (1964 a 1970).

Para a resolução do referido problema de comunicação, sugeriram a instalação de um telefone do D.C.T (Departamento dos Correios e Telégrafos) em convênio com a prefeitura. Pelas memórias da entrevistada Maria da Paz (03 jun. 2020), que residia próximo ao posto telefônico, nos confirmou a existência da instalação do telefone, quando: “O telefone era em frente a minha casa, de nome correios e telégrafos. Tinha um funcionário do estado que vinha pra cá para receber telefonema, receber as malas que vinham com as cartas, distribuindo aos seus destinatários”.

Logo, aparentemente, os problemas com a comunicação foram resolvidos. Vale enfatizar que a ampliação dos sistemas de comunicação telefônica para a zona rural só foram planejados, por intermédio da solicitação de créditos financeiros, no final da segunda gestão municipal de Bento Coelho Pessoa, em mensagem digitada, esquecida entre os amontoados de pastas e papéis envelhecidos depositados nos armários da câmara de vereadores, datada de 18 de julho do ano de 1982.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se fragmentos da história de uma cidade pequena, com características rurais, passada por modificações, mas que não poderia se assemelhar fielmente ao processo de desenvolvimento urbano e implantação de modernização, representada pelos equipamentos modernos experimentados já em anos muito anteriores por outras cidades do interior da Paraíba, a exemplo de Campina Grande, Pombal, Cajazeiras³⁵, etc, no decorrer do século XX, com o mesmo entusiasmo advindo de uma parte considerada da sociedade.

O crescimento das vias públicas em Nova Palmeira, a construção de novas casas, a existência de um barreiro de uso coletivo do povoamento e a eletricidade conduzida por um gerador movido por óleo diesel poderiam, supostamente, serem fatores unidos aos prioritários para conduzir e justificar o processo emancipatório político e administrativo, desmembrando-se do município-sede, e revelando, em anos à frente, o jogo contrastante entre desenvolvimento e atraso.

Os nomes que se anunciaram entre o vasculhamento de fontes, ao requerer os “construtores da cidade”, no contexto em estudo, pela visão do moderno e do urbano, foram de pessoas comuns, a maioria atestaram a ocupação profissional, além de políticos, como agricultores, todos do sexo masculino, nascidos e criados na área rural ou urbana, que não

³⁵ Ver **Cidades e Experiências Modernas**, organizado por Antonio Clarindo Barbosa de Souza e Paula Rejane Fernandes (2010).

trouxeram em suas bagagens incipientes de vida administrativa um contato direto com experiências modernas e modelos de cidades desenvolvidas, avançadas e alicerçadas nos padrões da modernização, ao ponto de fazê-los influenciar-se e reproduzir essas novidades em âmbito local.

Dentre eles, apenas alguns poucos tiveram de romper a zona de acomodação e deslocar-se, por algumas vezes, à Campina Grande por motivos de saúde ou negócios. Capitais e cidades metrópoles, dentro daquele contexto, ficara como uma imaginação para muitos. Sabe-se que as novidades foram se acomodando entre os cidadãos e no espaço urbano de maneira atrasada/tardia por meio de equipamentos e obras resultantes da necessidade de se ter o que, para algumas cidades paraibanas, já não era mais novidade moderna.

Hoje, ao passear pelas vias materializadas dessa cidade, nos deparamos com a visualização e o reconhecimento imediato de um espaço urbano, já bem mais distinto do espaço rural, entretanto, nota-se a permanência de costumes que revivem a vida no campo e o trânsito entre os limites do urbano e do rural, ao definir proibições em virtude de permanentes práticas exercidas e assistidas pelos passantes. Em seu código de postura³⁶, lei 0.130 de 31 de agosto de 2009, podemos ler: “Art. 55- É proibido a criação ou engorda de porcos no perímetro urbano da sede municipal”. Isso é sinal de que Nova Palmeira ainda é uma cidade marcada por tensões, notadamente as que envolvem as demarcações dos seus limites entre o perímetro urbano e as áreas rurais próximas.

Por fim, nesse território as pessoas se reinventam e se fazem representadas nos ritmos e ritos de suas práticas cotidianas sinalizadas pelos costumes da tradição ou pela definição de transformações aparentes. É aqui, sob essas lentes do presente, onde a vida acontece e a cidade permanece em seu estado de construção.

7. REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais (1880-1825)*. In: Ó, Alarcon Agra do. Et Ali. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. 3 ed. João Pessoa: Ideia, 2003.

Atas da Câmara Municipal de Nova Palmeira. Projetos e anteprojetos de lei, décadas de 1960 e 1970.

BARROS, Ana Maria de; DUARTE, Ana Maria Tavares. *Clientelismo, educação municipal e*

³⁶ Arquivo da câmara de vereadores.

poder local. *In*: ADILSON FILHO, José (org.). **Poder Local, educação e cultura em Pernambuco**. Jundiá: Paco editorial, 2014, p. 77-105.

BEZERRA, Josineide da Silva. **O território como um triunfo**: um estudo sobre a criação de municípios na Paraíba (anos 1990). 2006. Dissertação (Mestre em geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança dos velhos. Vol. 1. São Paulo: Tao, 1979

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O Camponês e a Fotografia. **Revista de Sociologia Política**, nº 26, p. 31-39, Jun. 2006.

BOURDIN, Alain. O objeto local. *In*: BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRANDÃO, Cataline Alves. **Luz elétrica em Campina Grande**: melhoramento urbano na teia dos jornalistas e cronistas. *Urbana*. v.5, n. 7, out. 2013, Dossiê: urbanistas e urbanismo: a escrita da história, p. 236-265.

BURNETT, Annahid. A “saga” político-ecológico da algaroba no semiárido brasileiro. **Revista de estudos sociais**. v. 19, n. 38, 2017, p. 148-175.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada**: Campina Grande em imagens e histórias. Campina Grande: EDUFCG, 2009.

CHARTIER, Roger. Os Tempos da História. *In*: CHARTIER, Roger. **A leitura ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.65-68.

COUTO, Gisleide da Silva. O local e o regional: experiências de planejamento e a intervenção dos atores. **Boletim goiano de geografia**. v. 29, n. 1, jan-jun, Goiana-GO, 2009, p. 151-162

Fonte oral: Maria da Paz Bezerra de Medeiros, residente em Nova Palmeira. Entrevista concedida à Olindina Ticiane Sousa de Araújo. Duração: 46'37'', em 03 de junho de 2020.

Fonte oral: Terezinha de Jesus Sousa, residente em Nova Palmeira. Entrevista concedida à Olindina Ticiane Sousa de Araújo. Duração: 35'40'', em 18 de junho de 2020.

FORTUNATO, Maria Lucinete. A construção do conceito de coronelismo na literatura acadêmica. *In*: FORTUNATO, Maria Lucinete **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2008, p. 7-68.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário: in: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**: Morfologia e História. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Iordan Queiroz. **Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)**. 2012. Dissertação (Mestre em história), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2012.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, A. M. F. C; GASPARELLO, A; MAGALHÃES, M. (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. *In*: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Narrativas da Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 55-80.

Imagens fotográficas. Figuras 1, 2, 3 e 4. Disponíveis em acervo pessoal de João de Deus Oliveira e acervo digital de Alex Barros.

Jornal **O Norte**. Município de Picuí: As realizações e as iniciativas do prefeito Eugênio Ferreira de Vasconcelos. Edição de 30 de novembro de 1952. Disponível em: BNDigital.bn.gov.br/hemeroteca. Acesso em: 30 maio 2020.

KOSELLECK, Reinhart. Espaços de experiências e horizontes de expectativas. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: contraponto, 2006, p. 311-337.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

Lei Estadual nº 1.944, de 13 de janeiro de 1959. Criação do Município de Pedra Lavrada.

Lei Estadual nº 3.102, de 14 de novembro de 1963. Criação do Município de Nova Palmeira.

Lei Municipal nº 2.640, de 20 de dezembro de 1961. Criação do Distrito de Nova Palmeira.

Lei Municipal nº 20, de 14 de junho de 1980. Criação do Distrito de Pedra Lavrada.

Livro de Óbito: Cartório de Pedra Lavrada. Livro-05 (1959-1968), décadas de 1960; Cartório de Nova Palmeira. Livro C-01 (1962-1995), década de 1960; Cartório de Picuí. Livro-19 (1958-1962), anos de 1959-1962. Disponível em: Familysearch.org

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIHY, José Carlos D. B; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

Mensagem. Ampliação do sistema de telefonia na zona rural. Arquivo da Câmara Municipal de Nova Palmeira.

Mensagem. Comemoração ao aniversário da cidade. Arquivo da Câmara Municipal de Nova Palmeira.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n 10, dez, 1993, p.7-28.

Ofício nº 8/64. Eletrificação do município de Nova Palmeira. Arquivo da Câmara Municipal

de Nova Palmeira

OLIVEIRA, Abílio César de. **Município de Picuí: esboço histórico**. Natal: Tipografia Santa Terezinha, 1963.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 53, jan-jun, 2007, p. 11-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Projeto de Lei nº 2/64. Criação de escolas municipais em Nova Palmeira. Arquivo da Câmara Municipal de Nova Palmeira.

Projeto de Lei nº 2/91. Ampliação e instalação de energia elétrica em Nova Palmeira. Arquivo da Câmara Municipal de Nova Palmeira.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007,

SANTANA, Flávio Carreiro de. **Recriando espaços, inventando lugares: memória e oralidade sobre as transformações urbanas em Pombal (1930-1950)**. 2007. Dissertação (Mestre em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2007.

SILVA, Sebastião. **História da Algaroba no Brasil**. Teresina: SNPA/BN/EMBRAPA Meio-Norte, 2000.